

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	15
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	39
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	40

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,36691
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,79296
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,12230
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo		Ordinária		0,59054
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,59054
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,59054

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.340.444	1.300.608
1.01	Ativo Circulante	131.795	83.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.632	49.663
1.01.03	Contas a Receber	25.659	20.415
1.01.03.01	Clientes	594	1.200
1.01.03.01.01	Concessionárias	594	1.200
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.065	19.215
1.01.03.02.01	Rendas a receber	25.065	19.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.659	7.991
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.659	7.991
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.845	5.163
1.01.08.03	Outros	5.845	5.163
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	5.797	5.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.208.649	1.217.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.271	1.203
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.271	1.203
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	630	550
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	90	102
1.02.01.09.05	Outros créditos	551	551
1.02.03	Imobilizado	1.193.525	1.201.996
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.152.879	1.159.910
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	40.646	42.086
1.02.04	Intangível	13.853	14.177
1.02.04.01	Intangíveis	13.853	14.177
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	13.083	13.394
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	307	337
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	463	446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.340.444	1.300.608
2.01	Passivo Circulante	109.152	72.199
2.01.02	Fornecedores	2.936	4.762
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.936	4.762
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.959	8.989
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.939	8.950
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.370	1
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.569	8.949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	16.960	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.960	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.960	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	62.885	39.092
2.01.05.02	Outros	62.885	39.092
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.211	32.459
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.328	4.268
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.346	2.365
2.01.06	Provisões	11.412	10.868
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54	39
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	54	39
2.01.06.02	Outras Provisões	11.358	10.829
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	11.358	10.829
2.02	Passivo Não Circulante	147.477	149.327
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	81.345	80.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	81.345	80.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	81.345	80.830
2.02.02	Outras Obrigações	45.098	44.196
2.02.02.02	Outros	45.098	44.196
2.02.02.02.05	Uso do bem público	44.722	43.845
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	376	351
2.02.03	Tributos Diferidos	7.630	11.557
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.630	11.557
2.02.04	Provisões	13.404	12.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.051	9.167
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	192	235
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	530	505
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.329	8.427
2.02.04.02	Outras Provisões	3.353	3.577
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.353	3.577
2.03	Patrimônio Líquido	1.083.815	1.079.082
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	236.042	259.794
2.03.04.01	Reserva Legal	38.793	38.793

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	12.595	5.302
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.045
2.03.04.10	Reserva de Investimento	184.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.485	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	356	356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	69.511	53.379
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.359	-12.549
3.02.01	Custo com energia elétrica	-1.237	-968
3.02.02	Custo de operação	-12.122	-11.581
3.03	Resultado Bruto	56.152	40.830
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.692	-3.748
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.554	-3.646
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.462	-3.546
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-92	-100
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-138	-102
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.460	37.082
3.06	Resultado Financeiro	-10.120	-12.203
3.06.01	Receitas Financeiras	2.297	2.290
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.417	-14.493
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.340	24.879
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.855	-8.456
3.08.01	Corrente	-17.782	-12.955
3.08.02	Diferido	3.927	4.499
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.485	16.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.485	16.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04788	0,02133
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,04788	0,03669
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,04788	0,03669
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04788	0,02133
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,04788	0,03669
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,04788	0,03669

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	28.485	16.423
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.485	16.423

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.523	33.617
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.713	48.823
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.340	24.879
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	9.393	9.222
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	938	0
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.293	10.732
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.011	1.472
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	25	29
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	859	536
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	563	157
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.694	1.653
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-407	-106
6.01.01.19	Outros	4	249
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.190	-15.206
6.01.02.01	Concessionárias	606	-12
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-301	-349
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.850	-790
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	-80	3
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-670	-922
6.01.02.08	Fornecedores	-1.826	-3.054
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-3.831	-5.833
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	15	6
6.01.02.13	Provisões	-258	-617
6.01.02.14	Uso do bem público	-1.074	-990
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	2	-118
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.923	-2.530
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.554	-466
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.554	-466
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.969	33.151
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.663	81.046
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.632	114.197

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.485	0	28.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.485	0	28.485
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	236.042	28.485	356	1.083.815

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.423	0	16.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.423	0	16.423
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	321.434	16.423	222	1.157.011

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	77.317	66.514
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	76.701	59.486
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	616	7.028
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.576	-11.587
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-966	-677
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.364	-3.376
7.02.04	Outros	-1.246	-7.534
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-406	-389
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-840	-7.145
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.741	54.927
7.04	Retenções	-9.411	-9.239
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.411	-9.239
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.330	45.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.409	2.290
7.06.02	Receitas Financeiras	2.409	2.290
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.739	47.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.739	47.978
7.08.01	Pessoal	2.388	2.779
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.950	2.317
7.08.01.02	Benefícios	331	348
7.08.01.03	F.G.T.S.	107	114
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.350	14.241
7.08.02.01	Federais	21.180	14.221
7.08.02.02	Estaduais	170	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.516	14.535
7.08.03.01	Juros	12.417	14.493
7.08.03.02	Aluguéis	99	42
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.485	16.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.485	16.423

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2016(*)

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		1T16	1T15	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.340.444	1.300.608	3,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.083.815	1.079.082	0,4%
Dívida líquida	R\$ mil	1.673	39.655	-95,8%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,00	0,04	-95,8%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,01	0,23	-96,0%

RESULTADOS	Unidade	1º Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		1T16	1T15		3M16	3M15	
Receita Líquida	R\$ mil	69.511	53.379	30,2%	69.511	53.379	30,2%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-15.814	-15.329	3,2%	-15.814	-15.329	3,2%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-1.237	-968	27,8%	-1.237	-968	27,8%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	52.460	37.082	41,5%	52.460	37.082	41,5%
EBITDA	R\$ mil	61.853	46.304	33,6%	61.853	46.304	33,6%
Resultado financeiro	R\$ mil	-10.120	-12.203	-17,1%	-10.120	-12.203	-17,1%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	42.340	24.879	70,2%	42.340	24.879	70,2%
Lucro líquido	R\$ mil	28.485	16.423	73,4%	28.485	16.423	73,4%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	88,98%	86,75%	2,2%	88,98%	86,75%	2,2%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	40,98%	30,77%	10,2%	40,98%	30,77%	10,2%

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL**

No 1T16, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 1,237 GWh, 7,2% superior aos 1,187 GWh, 1T15 em função da melhora no cenário hidrológico e maior disponibilidade para geração.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	1T16	1T15	var. %	3M16	3M15	var. %
Receita operacional bruta	76.701	59.486	28,9%	76.701	59.486	28,9%
(-) Deduções à receita operacional	-7.190	-6.107	17,7%	-7.190	-6.107	17,7%
(=) Receita operacional líquida	69.511	53.379	30,2%	69.511	53.379	30,2%
Gastos não gerenciáveis	-1.237,0	-968,0	27,8%	-1.237,0	-968,0	27,8%
Energia elétrica comprada para revenda	-868	-614	41,4%	-868	-614	41,4%
Encargos de uso da rede elétrica	-369	-354	4,2%	-369	-354	4,2%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Margem bruta	68.274	52.411	30,3%	68.274	52.411	30,3%
Gastos gerenciáveis	-6.421	-6.107	5,1%	-6.421	-6.107	5,1%
Pessoal	-2.655	-2.697	-1,6%	-2.655	-2.697	-1,6%
Materiais e serviços de terceiros	-2.955	-2.775	6,5%	-2.955	-2.775	6,5%
Arrendamentos e aluguéis	-96	-40	140,0%	-96	-40	140,0%
Provisões e contingências	-138	-102	35,3%	-138	-102	35,3%
Outros gastos gerenciáveis	-577	-493	17,0%	-577	-493	17,0%
EBITDA	61.853	46.304	33,6%	61.853	46.304	33,6%
Depreciação e amortização	-9.393	-9.222	1,9%	-9.393	-9.222	1,9%
Resultado financeiro	-10.120	-12.203	-17,1%	-10.120	-12.203	-17,1%
Imposto de renda e contribuição social	-13.855	-8.456	63,8%	-13.855	-8.456	63,8%
Lucro líquido	28.485	16.423	73,4%	28.485	16.423	73,4%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 69,5 milhões no 1T16, acréscimo de 30,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 16,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram R\$ 1,24 milhões no primeiro trimestre de 2016, aumento de R\$ 0,27 milhões quando comparado aos R\$ 0,97 milhões no mesmo período do ano anterior. O aumento é justificado pela compra de energia para suportar o efeito do GSF.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências ficou praticamente em linha com 2015, sendo maior em apenas 5,1%.

Comentário do Desempenho

No primeiro trimestre de 2016 o **EBITDA** alcançou R\$ 61,9 milhões, valor 33,6% superior ao alcançado no 1T15, variação positiva devido à maior receita do período.

O **Resultado Financeiro** líquido no 1T16 foi negativo em R\$ 10,1 milhões, 17,1% inferior ao 1T15.

A variação é explicada, em sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) Menor pagamento de encargo no 1 trimestre de 2016 devido a diminuição da dívida bruta;
- (ii) Ajuste a valor presente das ações preferenciais, realizada de acordo com o CPC 39;.

No 1T16, a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 28,5 milhões, 73,4% superior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da maior receita gerada.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	3M16	12M15	var.%	3M15	var.%
(+) Dívida bruta	98.305	89.318	10,06%	102.007	-3,63%
(-) Disponibilidades	-96.632	-49.663	94,58%	-114.197	-15,38%
(=) Dívida líquida	1.673	39.655	-95,78%	-12.190	-113,72%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 98,3 milhões em 31 de março de 2016, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 96,6 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 1,67 milhões em 31 de março de 2015, decréscimo de 95,78% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução deveu-se a maior geração de caixa no período.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	96.632	49.663
Concessionárias		594	1.200
Rendas a receber	4	25.065	19.215
Impostos e contribuições sociais	5	3.659	7.991
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		5.797	5.115
Total do Ativo Circulante		131.795	83.232
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		630	550
Prêmio de risco - GSF		90	102
Outros créditos		551	551
		1.271	1.203
Imobilizado	8	1.193.525	1.201.996
Intangível	9	13.853	14.177
		1.207.378	1.216.173
Total do Ativo Não circulante		1.208.649	1.217.376
TOTAL DO ATIVO		1.340.444	1.300.608
PASSIVO			
	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores		2.936	4.762
Impostos e contribuições sociais	5	14.959	8.989
Dividendos	10	56.211	32.459
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	16.960	8.488
Benefícios pós-emprego		54	39
Uso do bem público		4.328	4.268
Provisões	12	11.358	10.829
Outras contas a pagar		2.346	2.365
Total do Passivo Circulante		109.152	72.199
Não circulante			
Tributos diferidos	6	7.630	11.557
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	81.345	80.830
Benefícios pós-emprego		530	505
Uso do bem público		44.722	43.845
Provisões	12	12.874	12.239
Outras contas a pagar		376	351
Total do Passivo Não circulante		147.477	149.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	804.459	804.459
Reservas de capital	13.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	13.2	236.042	259.794
Outros resultados abrangentes		356	356
Lucros acumulados		28.485	
Total do Patrimônio líquido		1.083.815	1.079.082
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.340.444	1.300.608

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas	14	69.511	53.379
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	15		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.237)	(968)
Custo de operação		(12.122)	(11.581)
		(13.359)	(12.549)
Lucro bruto		56.152	40.830
Despesas e Receitas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(3.462)	(3.546)
Depreciações e amortizações		(92)	(100)
Outras despesas e receitas operacionais		(138)	(102)
		(3.692)	(3.748)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		52.460	37.082
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.297	2.290
Despesas financeiras		(12.417)	(14.493)
		(10.120)	(12.203)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17	42.340	24.879
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.782)	(12.955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.927	4.499
		(13.855)	(8.456)
Resultado líquido do período		28.485	16.423
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	18		
ON		0,04788	0,02133
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,04788	0,03669
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,04788	0,03669

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do período	28.485	16.423
Resultado abrangente do período	<u>28.485</u>	<u>16.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Lucro líquido do período					16.423	16.423
Saldos em 31 de março de 2015	804.459	14.473	321.434	222	16.423	1.157.011
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Lucro líquido do período					28.485	28.485
Saldos em 31 de março de 2016	804.459	14.473	236.042	356	28.485	1.083.815

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.340	24.879
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	9.393	9.222
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	938	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.293	10.732
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	2.011	1.472
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	25	29
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	859	536
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	563	157
Ajuste a valor presente	1.694	1.653
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(407)	(106)
Outros	4	249
	64.713	48.823
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	606	(12)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(301)	(349)
Cauções e depósitos vinculados	(80)	3
Rendas a receber	(5.850)	(790)
Outros ativos operacionais	(670)	(922)
	(6.295)	(2.070)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(1.826)	(3.054)
Outros tributos e contribuições sociais	(3.831)	(5.833)
Benefícios pós-emprego	15	6
Provisões	(258)	(617)
Uso do bem público	(1.074)	(990)
Outros passivos operacionais	2	(118)
	(6.972)	(10.606)
Caixa proveniente das atividades operacionais	51.446	36.147
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.923)	(2.530)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.523	33.617
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(1.554)	(466)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(1.554)	(466)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	46.969	33.151
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	96.632	114.197
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49.663	81.046
	46.969	33.151

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
 (Em milhares de reais)



	2016	2015
Geração do valor adicionado	77.317	66.514
Receita operacional	76.701	59.486
Receita relativa à construção de ativos próprios	616	7.028
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(5.576)	(11.587)
Custos da energia comprada	(966)	(677)
Encargos de uso da rede elétrica	(406)	(389)
Materiais	(418)	(1.124)
Serviços de terceiros	(2.946)	(2.252)
Outros custos operacionais	(840)	(7.145)
Valor adicionado bruto	71.741	54.927
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.411)	(9.239)
Valor adicionado líquido produzido	62.330	45.688
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.409	2.290
Valor adicionado total a distribuir	64.739	47.978
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	1.950	2.317
Benefícios	331	348
FGTS	107	114
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	21.180	14.221
Estaduais	170	20
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	12.417	14.493
Aluguéis	99	42
	36.254	31.555
Lucros retidos	28.485	16.423
	64.739	47.978

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado. Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 4), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de março de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.050 (R\$48.113 em 31 de dezembro de 2015).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no 1º trimestre de 2016 foi de R\$1.074 (R\$990 no 1º trimestre de 2015).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 20 de abril de 2016.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2016. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2015	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Prêmio de risco - GSF	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
20.3.3	Reserva de investimento	(a)
20.4	Outros resultados abrangentes	(a)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(a)
26.1.3	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(a)
29	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2016, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 12.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 12.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	6.532	14.968
Aplicações financeiras - renda fixa	90.100	34.695
Total	96.632	49.663

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados a taxas que variam de 92,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.

4 Rendas a receber

	31/03/2016	31/12/2015
Lajeado Energia	18.297	14.027
Paulista Lajeado Energia	1.755	1.345
CEB Lajeado	5.013	3.843
Total	25.065	19.215

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 7).

É contabilizada mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício é decorrente de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2015 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no CA para o exercício de 2016; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2016 em relação ao exercício anterior de 3,55 p.p.

Os saldos são todos vencidos e estão apresentados ao custo amortizado.

5 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/03/2016
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social		5.493		407	2.923	(2.366)	2.450	(5.413)	3.494
ICMS		13							13
PIS e COFINS		-	183			(9)		(175)	(1)
IRRF sobre aplicações financeiras		2.453	118				(2.450)		121
IRRF sobre juros s/ capital próprio		-							-
Outros		32							32
Total		7.991	301	407	2.923	(2.375)	-	(5.588)	3.659
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		1	17.782					(5.413)	12.370
ICMS		6	125		(129)				2
PIS e COFINS		1.739	7.207		(4.105)	(2.375)		(175)	2.291
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		123	113		(155)				81
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.1	6.746			(6.746)				-
Parcelamentos		-							-
Encargos com pessoal		48	639		(472)				215
Outros		326			(326)				-
Total		8.989	25.866	-	(11.933)	(2.375)	-	(5.588)	14.959

Os impostos e contribuições sociais correntes, que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2016.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**6 Tributos diferidos**

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		Períodos de 3 meses findos em 31 de março		Períodos de 3 meses findos em 31 de março		Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	2016	2015
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		374	184			190	10
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.553	2.229			324	99
Uso do bem público - CPC 25		16.677	16.359	3.689	3.744	373	179
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	6.1.1	32.037	29.558	52.107	52.683	3.055	4.211
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes				184	184		
Outras		4.492	4.413	7.783	7.689	(15)	
Total diferenças temporárias		56.133	52.743	63.763	64.300	3.927	4.499
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(56.133)	(52.743)	(56.133)	(52.743)		
Total		-	-	7.630	11.557		

6.1.1 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 11).

6.1.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total Não circulante
6.567	6.188	6.162	5.321	5.321	15.963	10.611	56.133

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 10), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante		Não circulante		Operacionais	
				31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032	206	167	-	-	597	471
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2005 a 15/12/2032	6	5	-	-	17	43
				212	172	-	-	614	514
Rendas a receber (Nota 4)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta			18.297	14.027	-	-	54.892	38.188
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	5.013	3.843	-	-	15.039	10.463
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.755	1.345	-	-	5.264	3.662
				25.065	19.215	-	-	75.195	52.313
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL	-	-	58	29	(102)	(64)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	318	322	(81)	(64)
				-	-	376	351	(183)	(64)
				25.277	19.387	376	351	75.626	52.763

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/2014, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que estabeleceu o prazo de até 2 de maio de 2016 para apresentação, à ANEEL, de proposta para o compartilhamento de recursos humanos e compartilhamento de infraestrutura entre empresas integrantes do mesmo grupo econômico. O contrato atual continua vigente até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, conforme mencionado no item (a) acima, este contrato firmado entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações para eventual compatibilização à realidade normativa vigente.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 21.2).

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria pagos pela Companhia referente ao período findo em 31 de março (em R\$)

	2016						2015			
	Conselho de Administração	Proporção %	Diretoria Estatutária	Proporção %	Conselho Fiscal	Proporção %	Total	Proporção %	Total	Proporção %
Número de membros (i)	1,00(*)		3,00(**)		5,00(***)		-		-	
Remuneração fixa (em R\$)	19.001	100%	148.174	100%	32.940	100%	200.115	100%	141.535	100%
Salário ou pró-labore	15.834		107.532		27.450		150.816		110.370	
Benefícios diretos e indiretos (ii)	n/a		2.683		n/a		2.683		3.724	
Encargos sociais	3.167		37.959		5.490		46.616		27.441	
Valor Total da remuneração	19.001		148.174		32.940		200.115		141.535	

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração efetivas, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 3 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$420.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$150.000,00 para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2015.

(i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2016, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros.

(ii) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.

(n/a) = Não Aplicável

7.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao período findo em 31 de março (em R\$)

	2016			2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1,00	3,00	5,00	1,00	2,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	19.001	60.512	6.588	19.001	59.729	6.588
Valor da menor remuneração individual	19.001	30.256	6.588	19.001	28.785	6.588
Valor médio da remuneração individual	19.001	49.391	6.588	19.001	44.797	6.588

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Até 31 de dezembro de 2015, as taxas de depreciação utilizadas estavam previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009 e atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2016 passou a vigorar a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que aprovou a revisão do MCPSE. Esta revisão teve como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo setor elétrico. Dada a especificidade, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis dos bens e instalações que deverão ser tratadas em outro momento, conforme Nota Técnica nº211/2015 – SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

No final da Concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados à concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

8.1 Composição do imobilizado

	31/03/2016			31/12/2015				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	692.699	(183.214)	509.485	2,00	692.699	(179.751)	512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,24	333.218	(106.314)	226.904	3,06	332.885	(104.445)	228.440
Máquinas e equipamentos	4,54	402.412	(147.591)	254.821	5,51	400.921	(144.582)	256.339
Veículos	14,29	866	(604)	262	14,29	668	(597)	71
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9	(1)	8
		<u>1.543.714</u>	<u>(437.724)</u>	<u>1.105.990</u>		<u>1.541.692</u>	<u>(429.376)</u>	<u>1.112.316</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 8.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.537)	3.791	3,33	8.328	(4.468)	3.860
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(30.211)	42.672	3,40	72.883	(29.594)	43.289
		<u>81.211</u>	<u>(34.748)</u>	<u>46.463</u>		<u>81.211</u>	<u>(34.062)</u>	<u>47.149</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,74	697	(451)	246	10,66	680	(431)	249
Veículos	14,29	340	(254)	86	14,29	339	(243)	96
Móveis e utensílios	6,25	396	(302)	94	6,25	396	(296)	100
		<u>1.433</u>	<u>(1.007)</u>	<u>426</u>		<u>1.415</u>	<u>(970)</u>	<u>445</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.626.358</u>	<u>(473.479)</u>	<u>1.152.879</u>		<u>1.624.318</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.159.910</u>
Imobilizado em curso								
Geração		39.430		39.430		40.871		40.871
Administração		1.216		1.216		1.215		1.215
Total do imobilizado em curso		<u>40.646</u>	<u>-</u>	<u>40.646</u>		<u>42.086</u>	<u>-</u>	<u>42.086</u>
Total do imobilizado		<u>1.667.004</u>	<u>(473.479)</u>	<u>1.193.525</u>		<u>1.666.404</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.201.996</u>

8.1.1 Futura licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compo do Sistema de Transmissão de Conexão, R\$46.463 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/2014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houveram propostas para os respectivos ativos.

Em 16 de dezembro de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 080/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Companhia (LOTE P), devendo o respectivo Leilão ser realizado em 13 de abril de 2016 (Nota 22.2).

Quando houver proponente vencedor, os ativos relativos à LT 500kV Miracema-Lajeado e SE 500/230kV Lajeado deverão ser transferidos ao novo concessionário sem ônus, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Sendo assim, a Companhia não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2016.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8.2 Mutações do imobilizado

Nota	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/03/2016
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	512.948			(3.463)			509.485
Edificações, obras civis e benfeitorias	232.300		332	(1.937)			230.695
Máquinas e equipamentos	299.877		1.509	(3.647)			297.739
Veículos	167		198	(17)			348
Móveis e utensílios	108			(6)			102
Total do imobilizado em serviço	1.159.910	-	2.039	(9.070)	-	-	1.152.879
Imobilizado em curso							
Terrenos	2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras	1.594	227					1.821
Edificações, obras civis e benfeitorias	256						256
Máquinas e equipamentos	15.753	1.310	(2.039)		(938)	990	15.076
Adiantamento a fornecedores	2.668					(938)	1.730
Depósitos Judiciais	14.305						14.305
Outros	5.428					(52)	5.376
Total do imobilizado em curso	42.086	1.537	(2.039)	-	(938)	-	40.646
Total do imobilizado	1.201.996	1.537	-	(9.070)	(938)	-	1.193.525

Para o período findo em 31 de março de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de março de 2016, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

9 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

9.1 Composição do intangível

Nota	31/03/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	2.976	(744)	2.232	20,00	2.976	(595)	2.381
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	9.1.1	20.137	(9.286)	10.851	3,22	20.137	(9.124)	11.013
		23.113	(10.030)	13.083		23.113	(9.719)	13.394
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente								
		111	-	111		111	-	111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software								
	20,00	1.635	(1.439)	196	20,00	1.635	(1.409)	226
		1.635	(1.439)	196		1.635	(1.409)	226
Total do intangível em serviço		24.859	(11.469)	13.390		24.859	(11.128)	13.731
Intangível em curso								
Geração								
Administração		27	-	27		27	-	27
		436	-	436		419	-	419
Total do intangível em curso		463	-	463		446	-	446
Total do intangível		25.322	(11.469)	13.853		25.305	(11.128)	14.177

9.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

9.2 Mutações do intangível

Nota	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Amortiza- ções	Valor líquido 31/03/2016
Intangível em serviço				
Software	226		(30)	196
Servidão permanente	111			111
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.381		(149)	2.232
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.013		(162)	10.851
Total do intangível em serviço	13.731	-	(341)	13.390
Intangível em curso				
Outros intangíveis em curso	446	17		463
Total do intangível em curso	446	17	-	463
Total do Intangível	14.177	17	(341)	13.853

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 11 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com distribuição de JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.018 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$23.752 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado no circulante em dezembro de 2015.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Dividendos		
	31/12/2015	Adicionais	31/03/2016
Lajeado Energia	21.729	17.339	39.068
CEB Lajeado	5.953	4.750	10.703
Paulista Lajeado Energia	2.084	1.663	3.747
Acionistas não controladores	2.693		2.693
	<u>32.459</u>	<u>23.752</u>	<u>56.211</u>

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11	11.1	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Finalidade	Forma de pagamento	31/03/2016				31/12/2015			
					Encargos		Principal		Encargos		Principal	
					Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
			Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	16.960	42.442	38.903	98.305	8.488	42.730	38.100	89.318
			Total		<u>16.960</u>	<u>42.442</u>	<u>38.903</u>	<u>98.305</u>	<u>8.488</u>	<u>42.730</u>	<u>38.100</u>	<u>89.318</u>

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Referem-se as ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de março de 2016 de R\$98.305 (R\$89.318 31 de dezembro de 2015) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período

	Valor líquido em 31/12/2015	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/03/2016
Circulante					
Juros	8.488	7.293	1.179		16.960
	<u>8.488</u>	<u>7.293</u>	<u>1.179</u>	<u>-</u>	<u>16.960</u>
Não circulante					
Principal	38.100			803	38.903
Juros	42.730		(1.179)	891	42.442
	<u>80.830</u>	<u>-</u>	<u>(1.179)</u>	<u>1.694</u>	<u>81.345</u>

Os juros provisionados de R\$7.293 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2016 registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 16).

11.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Circulante	
2016	16.960
	<u>16.960</u>
Não circulante	
2017	8.367
2018	3.675
2019	3.381
2020	3.110
2021 até 2025	12.193
2026 até 2030	8.034
2031 até 2033	42.585
	<u>81.345</u>
Total	<u>98.305</u>

12 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	12.1			11.021	10.162
Licenças ambientais	12.2	11.358	10.829	1.853	2.077
Total		<u>11.358</u>	<u>10.829</u>	<u>12.874</u>	<u>12.239</u>

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

12.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

12.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Atualizações monetárias	Depósito judicial		
				Saldo em 31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas	235		(43)	192	527	461
Cíveis	8.427	138	764	9.329	31	31
Outros	1.500			1.500		
Total	<u>10.162</u>	<u>138</u>	<u>721</u>	<u>11.021</u>	<u>558</u>	<u>492</u>
Não circulante	10.162			11.021	558	492
Total	<u>10.162</u>			<u>11.021</u>	<u>558</u>	<u>492</u>

12.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de março de 2016 é de R\$4.296 (R\$3.688 em 31 de dezembro de 2015).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de março de 2016 é de R\$5.033 (R\$4.739 em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 8.2).

12.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas diversas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



12.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas	286	203	66	52
Cíveis	117.023	112.754		
Fiscais	2.888	2.847	5	5
Total	120.197	115.804	71	57

12.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 12.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de março de 2016 de R\$116.717 (R\$111.729 em 31 de dezembro de 2015).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 12.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de março de 2016 de R\$41 (R\$777 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de março de 2016 é de R\$160 (R\$150 em 31 de dezembro de 2015).

12.2

Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação da usina, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e também é registrado como um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos no 1º trimestre de 2016 foram de R\$759 (R\$955 em 2015). Deste montante, R\$414 (R\$587 em 2015) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$345 (R\$368 em 2015) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/03/2016
Circulante	10.829	156	(414)	340	420	27	11.358
Não circulante	2.077			150	(420)	46	1.853
Total	12.906	156	(414)	490	-	73	13.211

13

Patrimônio líquido

13.1

Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$961.794. Para fins de informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 11). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Não houve variações na composição do Capital social em 31 de março de 2016 face a 31 de dezembro de 2015. Segue a composição do Capital social:

Acionistas	31/03/2016 e 31/12/2015										Total	% Participação
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação		
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<u>402.202</u>	<u>100,00</u>	<u>255.560</u>	<u>100,00</u>	<u>16.289</u>	<u>100,00</u>	<u>5.156</u>	<u>100,00</u>	<u>107.199</u>	<u>100,00</u>	<u>786.406</u>	<u>100,00</u>

13.2 Reservas

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		38.793	38.793
Retenção de lucros	13.2.1	12.595	5.302
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		184.654	184.654
Dividendo adicional proposto	13.2.2		31.045
		<u>236.042</u>	<u>259.794</u>
Total		<u>250.515</u>	<u>274.267</u>

13.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A aumento da rubrica no montante de R\$7.293 foi em consequência do ajuste dos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme AGO de 11 de abril de 2016 (Nota 22.1).

13.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$31.045, R\$23.752 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 10) e R\$7.293 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 11.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 11 de abril de 2016 (Nota 22.1).

14 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e

(ii) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias são efetuados mensalmente.

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março			
	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	8.781	10.925	1.405	1.661
Energia de curto prazo	1.796		(41)	30
Arrendamentos e aluguéis			75.195	57.645
Outras receitas operacionais			142	150
Receita operacional bruta	<u>10.577</u>	<u>10.925</u>	<u>76.701</u>	<u>59.486</u>
(-) Deduções à receita operacional			(7.190)	(6.107)
PIS/COFINS			(7.095)	(5.502)
P&D			(11)	(534)
Outros encargos			(84)	(71)
Receitas	<u>10.577</u>	<u>10.925</u>	<u>69.511</u>	<u>53.379</u>

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março							
	Nota	2016				2015		
		Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	Total	
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras			
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda		868			868	614		
Encargos de uso da rede elétrica		369			369	354		
		1.237	-	-	-	1.237	968	
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			1.515	1.140		2.655	2.697	
Material			144	34		178	160	
Serviços de terceiros			1.083	1.694		2.777	2.615	
Depreciação			8.982	70		9.052	9.027	
Amortização			319	22		341	195	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					138	138	102	
Aluguéis e arrendamentos				96		96	40	
Outras			79	498		577	493	
			-	12.122	3.554	138	15.814	15.329
Total		1.237	12.122	3.554	138	17.051	16.297	

16 Resultado financeiro

	Nota	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
		2016	2015
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.882	2.073
Juros e multa sobre impostos	5	407	106
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(112)	
Outras receitas financeiras		120	111
		2.297	2.290
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	11.2	(7.293)	(10.732)
Variações monetárias moeda nacional		(490)	(157)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(721)	(434)
Ajustes a valor presente		(1.660)	(1.757)
Atualização monetária uso do bem público		(2.118)	(1.368)
Atualização monetária e juros - GSF		(82)	
Benefícios pós-emprego		(17)	(20)
Outras despesas financeiras		(36)	(25)
		(12.417)	(14.493)
		(10.120)	(12.203)

17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2016	2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	42.340	24.879
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(14.396)	(8.459)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações		(3)
Outras	(2)	
Outros		
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	537	
Outras	6	6
Despesa de IRPJ e CSLL	(13.855)	(8.456)
Alíquota Efetiva	32,7%	34,0%

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No 1º trimestre de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos de 3 meses findos em 31 de março	
	2016	2015
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	19.257	8.577
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	780	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	5.133	3.933
	<u>28.485</u>	<u>16.423</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,04788	0,02133
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,04788	0,03669
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,04788	0,03669

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 18.1	Resultado por classe de ações
2015			
Ordinárias (ON)	8.399	178	8.577
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.337	(2.211)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	340	258	598
Preferenciais Classe "B" (PNB)	108	81	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.239	1.694	3.933
	<u>16.423</u>	<u>-</u>	<u>16.423</u>
2016			
Ordinárias (ON)	14.568	4.689	19.257
Preferenciais Classe "R" (PNR)	9.257	(6.131)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	590	190	780
Preferenciais Classe "B" (PNB)	187	2	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.883	1.250	5.133
	<u>28.485</u>	<u>-</u>	<u>28.485</u>

18.1 Direitos das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1 Instrumentos financeiros

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	90.100	34.695	90.100	34.695
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento		6.532	14.968	6.532	14.968
Concessionárias		594	1.200	594	1.200
Rendas a receber	4	25.065	19.215	25.065	19.215
		<u>122.291</u>	<u>70.078</u>	<u>122.291</u>	<u>70.078</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores		2.936	4.762	2.936	4.762
Uso do bem público		40.800	39.949	49.050	48.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11				
Moeda nacional		98.305	89.318	98.305	89.318
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		376	351	376	351
		<u>142.417</u>	<u>134.380</u>	<u>150.667</u>	<u>142.544</u>

19.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de março de 2016 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

19.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável								
		Até 1 ano	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)			
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.298	3.298	Aumento do risco em 25%	824	1.649	Redução do risco em 25%	(824)	Redução do risco em 50%	(1.649)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	11.335	11.335	2.834	5.668	(2.834)	(5.668)			
Instrumentos financeiros ativos	CDI	14.633	14.633	3.658	7.317	(3.658)	(7.317)			

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre: 10,75% e 15,75% a.a..

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Rendas a receber (Nota 4). A Companhia, em 31 de março de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de março de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/03/2016					31/12/2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.065	854	17			2.936	4.762
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				376		376	351
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			16.960	18.533	62.812	98.305	89.318
Uso do bem público	368	1.094	2.866	18.760	25.962	49.050	48.113
	2.433	1.948	19.843	37.669	88.774	150.667	142.544

19.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No 1º trimestre de 2016, a Companhia constituiu dividendos a pagar no valor de R\$23.752. Esta atividade não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 31 de março de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de março de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/03/2016				31/12/2015	
	Abril/2016 a Março/2017	Abril/2017 a Março/2019	Abril/2019 a Março/2021	A partir de Abril/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	240	133			373	396
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	27.458	22.485	6.939	2.121	59.003	41.116
Prêmio de risco - GSF	485			250	735	735
	28.183	22.618	6.939	2.371	60.111	42.247

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de março de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/03/2016				31/12/2015	
	Abril/2016 a Março/2017	Abril/2017 a Março/2019	Abril/2019 a Março/2021	A partir de Abril/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	200	118			318	388
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	22.840	19.912	6.648	2.312	51.712	35.470
Prêmio de risco - GSF	485			335	820	820
	23.525	20.030	6.648	2.647	52.850	36.678

21.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/03/2016	31/12/2015
Aval de acionista	Seguro de vida	8.303	8.068
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Receíveis	Compra de energia	20.604	20.293
	Outros	47	50
		29.589	29.046

22 Eventos subsequentes

22.1 Assembléia Geral Ordinária - AGO

Foi aprovada em AGO, realizada em 11 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$23.752 aos acionistas detentores de ações ordinárias; (ii) dividendos no valor de R\$7.293 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C"; (iii) JSCP no valor de R\$35.018 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R"; e (iv) JSCP no valor de R\$9.982 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C". Todos os montantes serão pagos, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2016.

Adicionalmente a destinação do lucro líquido, também foram deliberados:

- (i) Aprovação da remuneração global anual da Diretoria no montante de até R\$810, do Conselho de Administração de até R\$100 e do Conselho Fiscal de até R\$150, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia;
- (ii) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para um novo mandato;
- (iii) Alteração do estatuto social para alterar a composição da Diretoria; e
- (iv) Alteração do jornal de divulgação do anterior "Brasil Econômico" para o atual "Valor Econômico".

22.2 Leilão de Transmissão nº 013/2015

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 sendo arrematada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa as instalações das linhas de transmissão e parte da subestação elevadora da Companhia, citadas na nota 8.1.1.

Conforme cronograma de eventos constante no Edital do referido Leilão, a homologação do resultado e adjudicação do objeto do Leilão deverá ocorrer até 31 de maio de 2016, a assinatura do contrato de concessão da transmissora até de junho de 2016 e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações fica limitada a 27 de dezembro de 2019.

O Anexo 6P Lote P, parte integrante do edital do referido Leilão, determina que os ativos da Companhia serão transferidos à transmissora em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 31 de março de 2016, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas para aprovação no Conselho de Administração.

São Paulo, 28 de abril de 2016.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 28 de abril de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2016.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 28 de abril de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 31 de março de 2016, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PETER ERIC VOLF

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DANIEL SHEM CHENG CHEN

Diretor Jurídico

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

STELLA MARIS MOREIRA FUÃO

Diretora Administrativa e Financeira